

INTRODUÇÃO



Eis aí a fronteira, ainda quase tão intransponível para nós quanto o era para Descartes. Enquanto não for vencido, o dualismo conservará em suma sua verdade operacional. A noção de cérebro e a de espírito atualmente não se confundem mais para nós do que os homens do século XVII. A análise objetiva nos obriga a ver uma ilusão no dualismo aparente do ser. Ilusão, porém, tão intimamente vinculada ao próprio ser que seria vão esperar um dia dissipá-la na apreensão imediata da subjetividade, ou aprender a viver afetivamente, inicialmente sem ela. E, aliás, por que isso seria necessário? Quem poderia duvidar da presença do espírito? Renunciar à ilusão que vê na alma uma “substância” imaterial não é negar sua existência, mas começar a reconhecer a complexidade, a riqueza, a insondável profundidade não só da herança genética e cultural, como também da experiência pessoal, consciente ou não, que juntas constituem o ser que somos, único e irrecusável testemunha de si mesmo (Monod, 1976).

O CONCEITO DE PSICOPATOLOGIA EVOLUTIVA

Ao nascimento, podemos dizer que a criança é um ser indiferenciado, que apresenta as características de sua espécie, representadas, entre outras coisas, por um sistema reflexo que lhe permitirá sobreviver nos primeiros tempos. Assim, como refere Ajuriaguerra (1977), ela se constituirá de um “equipamento” genético constitucional, sobre o qual o “investimento” ambiental inscreverá suas características, fazendo que ela cresça não somente mantendo um padrão de desenvolvimento característico da espécie, mas também com características singulares que a farão um ser único e irreprodutível.

Esse desenvolvimento faz-se por meio de mecanismos de assimilação e de equilíbrio que possibilitam que novos esquemas sejam incorporados gradativamente a esse indivíduo que, assim, se constrói pouco a pou-

co, tornando-se, no dizer de Piaget (1994), seu próprio epistemologista. Dessa maneira, em um primeiro momento, entre o nascimento e o 4º mês, a partir dos esquemas reflexos e das experiências cotidianas, essa criança passa gradativamente a explorar seu corpo e começa a ter as primeiras noções de corporeidade, estágio inicial de uma futura consciência de *eu*. Da mesma forma, ela passa a identificar o outro, embora de maneira ainda indiferenciada, saindo de uma fase pré-objetal para outra em que se constitui um objeto intermediário (Spitz, 1996) ainda não singularizado, mas já diferente dele próprio.

Até os 8 meses, outras aquisições serão feitas com a estruturação de esquemas de causalidade e de persistência de objeto, que servirão de base inclusive para que a criança passe da fase de objeto intermediário para a objetal, em que o outro já é reconhecido e individualizado, constituindo-se, assim, sua primeira relação social elementar. Nesse momento, ela estabelece um diálogo emocional com o ambiente, organizando seu funcionamento afetivo e seus esquemas sociais, criando, inclusive, um sistema comunicacional pré-verbal, que lhe permitirá mostrar às pessoas mais próximas seus desejos (Greenspan, 1986).

Entre o 2º e o 3º ano de vida, surge uma função fundamental a partir da qual a criança se liberta das amarras da inteligência sensório-motora, inserindo-se em um padrão comportamental totalmente diferente. Ela passa a poder utilizar-se de símbolos que lhe permitem liberar-se do problema presentificado, uma vez que, valendo-se das imagens mentais e da memória, ele passa a poder ser solucionado, de maneira diversa do esquema tentativa e erro característico do momento anterior, ganhando velocidade de processamento e maior eficácia na condução de suas dificuldades. É nesse momento que surgem as imagens mentais, os primeiros processos de pensamento, a memória de armazenamento e que seu comportamento passa a apresentar características de extrema importância, como a socialização no seio familiar e posteriormente na sociedade, com a inclusão de novos elementos em seu universo de relações. Da mesma maneira, surgem o grafismo, caracterizado pela construção dos badamecos e badamecos girinos com apêndices filiformes, o jogo simbólico (Piaget, 1994), a tipificação e as primeiras noções de papel sexual (Kohlberg, 1966), bem como a moral heterônoma (Piaget, 1994), fazendo que esse indivíduo passe a se diferenciar de maneira flagrante daquele anterior quanto à concepção de si mesmo, do outro e do próprio mundo.

Quando a criança atinge os 7 anos, um novo salto evolutivo pode ser observado, uma vez que seu padrão de pensamento passa a se valer de um raciocínio hipotético-dedutivo, em que, a partir de dados observáveis, deduções lógicas são estabelecidas. Desse modo, gradativamente, categorias físicas são estabelecidas, e a criança passa a compreender as noções de

espaço físico, com conceitos referentes a tamanho, distância, massa e volume; e de tempo, com a estruturação do tempo cronológico. Assim, define-se de forma cada vez mais precisa a consciência de si mesmo e de realidade, bem como a noção de tempo, definições essas de fundamental importância para a constituição do ser humano adulto. Em termos de comportamento, observa-se a constituição de uma moral autônoma, derivada da própria convivência com seus pares, que permite à criança estruturar grupos embasados em valores próprios e não mais copiados do mundo adulto. O jogo evolui para os jogos de regras e jogos de construção, e o grafismo torna-se realista, copiado da realidade objetiva.

Finalmente, ao redor dos 11 e 12 anos, concomitantemente com as alterações corporais da puberdade, inicia-se a adolescência, caracterizada pelo advento do pensamento formal a partir do qual esse ser passa a poder raciocinar sobre hipóteses também abstratas. Dessa maneira, liberta-se da concretude do pensamento anterior, passando a abrir infinitas possibilidades existenciais para si. Estrutura-se um espaço percorrido e de significados que, associado a um tempo vivido, lhe permitirão estruturar os projetos existenciais que, quando escolhidos e assumidos, o farão entrar no mundo adulto. Esse período irá, assim, caracterizar-se pelas dificuldades que a abertura dessas infinitas possibilidades apresenta, com o surgimento dos mecanismos de enfrentamento, de oposição social, de construção de uma cultura própria e, principalmente, da angústia conseqüente ao perceber-se só enquanto ser único, responsável pelos seus próprios atos e, principalmente, artífice de seu próprio futuro com suas conseqüências.

O processo de desenvolvimento possibilita, então, a passagem de um ser francamente dependente e heterônomo para um ser autônomo e independente, que se constitui gradualmente a partir de suas próprias potencialidades e características, bem como das influências ambientais a que se encontra submetido.

Considerando-se essas questões, relativas ao desenvolvimento ontogenético, temos que parar para pensarmos o conceito daquilo que estamos chamando de *psicopatologia evolutiva*. Esta, para Monedero (1976), corresponde ao estudo do panorama psicológico do homem, sob o ponto de vista de seu desenvolvimento histórico, na tentativa de descoberta de seus nexos relacionais.

Mithen (1998) propõe uma história evolutiva da mente baseada em três fases arquitetônicas diferentes partindo de uma idéia, em sua origem, aristotélica, ou seja a de que “a ontogenia recapitula a filogenia”. Isso possibilitaria pensar que “a recapitulação prometeu revelar não somente a ascendência animal do homem e sua linhagem de descendentes, como também o método de origem de suas faculdades mentais, sociais e éticas; embora não possamos afirmar de maneira insofismável que os estágios de

desenvolvimento infantil sejam similares ao processo de evolução mental da espécie humana, podemos utilizar o modelo de pensamento para tentarmos melhor compreender o homem dentro de uma perspectiva desenvolvimentista”.

Uma psicopatologia do desenvolvimento corresponde, então, a uma ciência “do e para o homem”, em uma unidade corpo-mente que abarca o desenvolvimento com suas infinitas variedades e patologias desde o nascimento até a idade adulta quando o psiquismo já se encontra configurado e, então, passaria a ser estudado pela Psicopatologia Geral e Especial.

Temos de imaginar que, considerando-se as características genéticas de cada indivíduo, bem como o padrão ambiental a que ele se encontra submetido, não encontraríamos dois indivíduos similares. Entretanto, considerando-se os padrões da espécie, similaridades devem ser encontradas e, assim, com o passar do tempo, mutações genéticas ocorreram e fizeram que padrões fossem selecionados de maneira a serem mais eficientes no que se refere à adaptabilidade. Temos de pensar também que alterações ambientais e de estimulação selecionaram padrões de funcionamento que se mostraram mais adaptados para aquele momento histórico. Em outros termos, assim como o animal homem foi adaptando-se aos ambientes físicos e sociais que se alteraram, homínídeos foram selecionados de acordo com sua maior capacidade adaptativa dentro de um determinado momento.

Para Mithen (1998), três grandes fases poderiam ser identificadas, conforme descrito a seguir.

Na fase 1, as mentes são regidas por um domínio de inteligência geral – uma série de regras sobre aprendizado geral e tomada de decisão. Nesse momento, a informação entra por meio de *inputs* sensoriais diferentes que seriam processados todos em um mesmo módulo de processamento de informação, com regras fixas de aprendizado e tomadas de decisão que modificam qualquer comportamento a partir da própria experiência.

A fase 2 compreende mentes nas quais a inteligência geral foi suplementada por inteligências especializadas devotadas a domínios específicos de comportamento e com funcionamento isolado.

Nesse padrão de pensamento, embora continuemos a pensar em um módulo central de inteligência, as atividades de pensamento se processariam em pequenos módulos especializados em determinados domínios comportamentais. Provavelmente esses módulos teriam-se desenvolvido durante o período de caçadores-coletores que, para sua subsistência, exigiam um padrão específico visando a sociabilidade (permitindo que “se lesse a mente do outro”), o naturalismo (para a compreensão do mundo natural circunjacente) e a técnica (possibilitando a fabricação dos primei-

ros utensílios e constituição do *homo faber*). No entanto, esses conhecimentos não são combinados e restritos.

A fase 3 compreende mentes nas quais múltiplas inteligências especializadas parecem trabalhar juntas com fluxo de conhecimentos e idéias entre os diferentes domínios comportamentais.

Pensando-se hoje, poderíamos observar inter-relações entre os diferentes módulos que se constituiriam como uma rede de relações com a experiência de um domínio comportamental podendo auxiliar na construção de um modelo em outro domínio propiciando-se novas formas de pensamento e de comportamento. Essa rede de processamento é que teria feito o bicho-homem se desenvolver e se adaptar sucessivamente a todas as mudanças a que foi submetido, sempre de maneira eficaz.

Entretanto, essa mesma rede de informações, construída de maneira arborizada e tridimensional, é que ocasionaria rotas de decisão mais (ou menos) eficazes em função de um padrão informacional construído no decorrer da vida e profundamente influenciado pelos aspectos afetivos decorrentes da experiência e que facilitarão ou dificultarão o acesso a determinados padrões. Seria aqui que, em nosso momento presente, teríamos um *gap* interessante no modelo psiquiátrico, uma vez que, na busca da semelhança com as demais especialidades médicas, se propõe estabelecer categorias diagnósticas e métodos de avaliação de sintomas válidos dentro de um modelo de pesquisa predominantemente experimental e empírico. Isso porque, ao agir dessa forma, se perde aquilo que mais caracteriza a psicopatologia do desenvolvimento justamente como especialidade médica, que é a possibilidade de abordagem dos fenômenos mentais não somente a partir de eventos casuais, mas também a partir da compreensão da doença associada a seus mecanismos etiológicos e padrões de defesa do próprio organismo, fato esse utilizado de maneira freqüente e usual nas demais especialidades médicas.

Quando pensamos nos mecanismos de febre, pensamos não apenas em sua etiologia, mas também principalmente dentro da visão desta como um mecanismo evolutivo, desenvolvido pelo próprio organismo com finalidade de defesa, proteção e alarme. Somente assim é que ela pode ser compreendida.

Da mesma forma, se pensarmos em fenômenos genéricos como a ansiedade, por exemplo, mais do que somente pensarmos em sistemas de neurotransmissores ou módulos cerebrais envolvidos, temos de, pensando-se evolutivamente, imaginá-los como um complexo processo mental, desenvolvido nos últimos milhares de anos (evidentemente com base cerebral, uma vez que falamos de um animal dentro da escala zoológica) com uma provável finalidade de defesa frente a objetos ameaçadores, si-

tuações de perigo ou outras formas frente às quais o organismo necessita proteger-se, da mesma maneira que a dor, em uma outra série de fenômenos, serve de sinal de alerta para que se compreendam os fenômenos com ela envolvidos.

Somente a partir dessa compreensão do fenômeno, com todos os matices individuais envolvidos (e aí é que acreditamos que essa possibilidade de pensarmos evolutivamente interfere), é que poderemos melhorar nossa abordagem terapêutica e compreensiva dos complexos fenômenos mentais.

A QUESTÃO MENTE-CORPO

A questão mente-corpo, embora de extrema complexidade, é um tema que mobilizou diferentes pensadores desde o início de nossa civilização. Isso porque, pensando popperianamente, embora nos seja fácil constatar a existência de um mundo que corresponde a objetos e grandezas físicas, existe um outro correspondente composto por estados de consciência e conhecimentos subjetivos com todo um modelo de pensamento e de cultura tentando compreender a totalidade dos fenômenos. Assim, em nosso caso de construir teoricamente um sistema que permita a inter-relação entre os dois aspectos, a maior dificuldade é a de se pensar como o primeiro se transforma no segundo e vice-versa.

Isso em nossos dias poderia ser transformado na questão proposta por Penrose (1991) quando pergunta “como um objeto material (um cérebro) pode evocar consciência?”. Essa relação traz implicações de caráter monista, ou dualista, na concepção da dicotomia mente-corpo ou, para tentarmos nos atualizar, da dicotomia mente-cérebro.

Para Platão e, posteriormente, Descartes, corpo e alma (mente) seriam categorias independentes que englobariam dois tipos diferentes de realidade, ao passo que para Spinoza tanto o pensamento como a matéria seriam atributos de uma única substância real. Leibniz refere que ambos os fenômenos (quer materiais, quer mentais) seriam “preestabelecidos harmonicamente”, influenciando-se mutuamente (Goodman, 1991; Castiel, 1992).

Todas essas afirmações teóricas sustentariam então aquilo que pode ser denominado de “paralelismo psicofísico”, ou seja, os processos físicos sendo paralelos aos processos psíquicos ou mentais.

Hobbes, dentro de uma visão eminentemente materialista, refere que realidade é uma “realidade física”, e, assim, o fenômeno mental fica reduzido ao físico com as características mentais se constituindo em um simples epifenômeno (Goodman, 1991).

O pensamento monista, ao contrário das visões dualistas anteriormente expostas, não vê um problema específico no que se refere à relação entre os processos corporais e os mentais. Assim, a “teoria da identidade” considera que a referência aos fenômenos mentais é neurofisiológica, com diferentes estados cerebrais referentes a diferentes estados mentais (Castiel, 1992).

Em uma tentativa simples de melhor delineamento da questão podemos imaginar que existe inicialmente um sentido exterior relacionado às percepções (um *input* sensorial) que é seguido por um sentido interior dado pelo processamento cognitivo. Concentra-se, desse modo, o desempenho cerebral, inicialmente, naqueles processos que chamamos de atencionais.

Posteriormente surgem experiências da mente auto-consciente, relacionadas a eventos normais no cérebro de ligação. Ela se engaja na leitura de pontos ativos localizados em centros superiores de atividade cerebral. Fatos são selecionados e integram informações de forma a estruturar uma unidade proporcionada por essa mente autoconsciente, e não por uma simples experiência neuronal pura. Dessa maneira, ela lê e seleciona padrões diversos da atividade cerebral, integrando-os e organizando-os (Eccles, 1992).

Como consequência, uma trilha associativa é seguida, produzindo o pensamento racional, escolhendo-se as conexões necessárias para a realização de um propósito. A precisão dessa linha não é absoluta nem predefinida, independentemente da eficiência dos sistemas de controle, havendo a possibilidade de desvios que, em sua diversidade, proporcionam a multiplicidade da existência humana (Luria, 1979).

Ainda que de forma simplista, podemos pensar que a mente passa a existir enquanto materialização de um algoritmo complexo, executado por objetos físicos, o que na espécie humana corresponde às redes neurais. Caberia então a pergunta “o que consideramos uma rede neural?”.

Podemos dizer, simplificadamente, que ela consiste em um conjunto de unidades de processamento interconectadas nas quais os *inputs* viajam e são analisados paralela e serialmente. Logo, os nós seriam elementos computacionais em que, quando um determinado padrão de neurotransmissores fosse acumulado, se desencadearia o potencial de ação (Cross, 1995).

O poder de processamento não seria dado pelo potencial computacional de cada elemento, mas sim pela complexidade das interconexões, o que permitiria que os dados fossem armazenados e distribuídos por toda a estrutura e, em consequência, pudessem ser alterados e modificados pela experiência, sendo checados a partir dos resultados obtidos. Esses algoritmos, ou processos de informação, embora pertençam ao mundo platônico das idéias, assumem uma característica de realidade ligada diretamente ao mundo físico (Penrose, 1991).

Voltando então ao conceito popperiano de mundo, temos um componente do mundo físico (cérebro como estrutura física) que se encontra alheio ao que chamamos de mente autoconsciente (produção da resposta); porém a relação entre o mundo representado pelos sistemas de idéias e o mundo dos sistemas físicos é requisito indispensável para a criação desse universo humano como representações sócio-históricas codificadas dentro das estruturas de armazenamento.

Conforme refere Pinker (2002), o mundo mental é alicerçado em um mundo físico a partir de conceitos hoje por nós conhecidos como os de informação, computação e *feedback*, sendo as crenças e lembranças coleções de informações residentes em modelos de atividade cerebral. Uma seqüência de informações armazenadas biologicamente reflete uma seqüência de deduções obedientes às leis da lógica, gerando predições corretas em relação ao ambiente e à capacidade de realizar esses padrões de predição. Isso seria, entre outras coisas, aquilo que usualmente denominamos de inteligência refletindo capacidade de julgamento, reflexão e criatividade, todas implementadas por um sistema de tipo computacional.

Outra idéia interessante desenvolvida também por Pinker (2002) é que nossa noção de mente não poderia derivar de uma suposta “tábula rasa”, uma vez que desta nada poderia originar-se. Assim, à semelhança de qualquer computador, a mente humana deve nascer com um equipamento básico, similar a um sistema operacional, que permite seu funcionamento. Padrões básicos de regras de funcionamento deveriam ser inatos e característicos da espécie.

Poderíamos pensar também que os diferentes padrões comportamentais observados na espécie humana poderiam ser decorrentes de programas combinatórios existentes na própria estrutura mental humana, o que a faria capaz de produzir qualquer combinação de condutas, bem como as diferentes variedades culturais a partir de mecanismos universais biologicamente característicos da espécie. Um exemplo marcante disso pode ser observado na teoria lingüística de Chomsky (apud Pinker, 2002), para quem as gramáticas gerativas das línguas individuais seriam variações de um único padrão. Por essa ótica, a idéia de que aspectos universais estariam embutidos nos circuitos neurais já presentes na criança faria que o bebê, ao prestar atenção aos diferentes comportamentos verbais e não-verbais a que é exposto, construísse um sistema lingüístico e conductual característico de seu ambiente e, gradualmente, de si mesmo.

Essa idéia de mente seria, então, correspondente a um sistema composto por diferentes partes que interagem entre si, ou seja, composta por diferentes módulos com conteúdos diferenciados e definidos geneticamente

como característica de espécie, o que produziria comportamentos também característicos.

Para os padrões de aprendizado na espécie humana, a questão da memória passa a ser de suma importância. Há algumas décadas já sabemos que diferentes moléculas (substrato biológico) existentes no sistema nervoso de humanos e outras espécies animais participam desse processo de armazenamento de informações. Elas medeiam a transmissão sináptica, sendo influenciadas pela expressão de diferentes genes a elas ligados. Experiências realizadas em invertebrados, com diferentes fatores químicos, apontam que mudanças em estruturas celulares, número de receptores de determinadas enzimas (administrados por determinadas proteínas-chave), refletem-se na alteração de comportamentos específicos dependentes de padrões de memória (tanto de curto quanto de longo prazo), como, por exemplo, reconhecimento de odores (Cooke, 2003).

Por outro ângulo, o animal humano pode ser considerado um sistema instável, uma vez que, diferentemente de outras espécies animais, sofre influências (com capacidade de modificá-lo) de elementos físicos, psíquicos e sociais. Podemos dizer então que é um sistema aberto, o que nos proporciona um melhor padrão de plasticidade e de adaptabilidade, embora também de maior vulnerabilidade, capaz de trocar energia e matéria com o ambiente externo para utilizarmos conceitos que nos remetem a conceitos físicos.

Pensando-se no homem, poderíamos, entretanto, transformar esses conceitos de matéria em todas as trocas biológicas que envolvem o homem e seu meio e o de energia como as inter-relações com os sistemas sociofamiliares, simplesmente com a finalidade de facilitarmos nosso raciocínio. Não devemos esquecer, porém, que, mesmo que essas forças provoquem alterações significativas nos sistemas em questão, existem as características de invariância e de teleonomia descritas por Monod (1971) e que garantem as características da espécie como tal.

Se pensarmos dentro dessa idéia de sistemas instáveis, aproveitando as idéias provenientes da física, é possível que imaginemos três possibilidades distintas (Prigogine, 1988). Em uma delas, devido a um valor máximo de entropia, o sistema se encontra em caos total em nível de trocas com os ambientes exterior e interior, estando, portanto, em equilíbrio e, conseqüentemente, pela nossa primeira afirmação, não podendo ser pensado como um indivíduo.

Em uma segunda possibilidade, pouco diferente desse estado de equilíbrio, o sistema se move para o mais próximo possível do ponto anterior, permitindo o aparecimento de uma nova estrutura que se mostra mais ou menos adaptada a sobreviver. Esse seria um ponto de inflexão que proporcionaria a mudança do sistema como indivíduo ou mesmo como espécie.

Finalmente, em uma terceira possibilidade, encontrado um novo ponto de equilíbrio a partir da melhor adaptabilidade, estabilizam-se novas estruturas que se constituem em formas de ser. Cabe pensar que, considerando “um” indivíduo à medida que ele é conduzido para fora do sistema original de equilíbrio para geração de outro, as soluções possíveis ramificam-se infinitamente (em nível físico, psíquico e social), afastando-se cada vez mais da situação anterior de equilíbrio e constituindo uma nova. Matematicamente, essa característica poderia ser pensada como uma “bifurcação”.

Se voltarmos a pensar em um sistema de rede com uma série de unidades, estas podem apresentar modificações locais devido a mudanças, aleatórias ou não, das próprias subunidades com um movimento contínuo para que o organismo estabeleça um ponto de equilíbrio mais estável. Isso faz que qualquer pequena flutuação em qualquer um dos elementos do sistema (subunidades capazes de processar aspectos específicos) reflita uma resposta comportamental diferente que vai alterando o meio e levando o organismo a um novo estado de equilíbrio.

Teríamos, assim, uma idéia totalmente oposta à daqueles teóricos de uma teoria eminentemente cultural, uma vez que a espécie humana se comportaria de maneira flexível exatamente porque essa flexibilidade já seria programada geneticamente já que seu cérebro apresentaria características combinatórias capazes de gerar um conjunto imenso de possibilidades naquilo que se refere a pensamentos ou comportamentos.

Sob o ponto de vista teórico, essa ordem macroscópica poderia ser visualizada por meio da integridade física e da capacidade adaptativa expressa por seu comportamento, descrito por Goodman (1991) como sendo um conceito físico representando o conhecimento por descrição e sendo passível de confirmação intersubjetiva.

Esses comportamentos seriam originados a partir de instabilidades determinadas por flutuações de desenvolvimento rápido que levariam o sistema a novos estados diferentes que, para que fossem mudados, demandariam novas perturbações do equilíbrio. Um estado uniforme e diferenciado se desestabiliza devido a pequenos desvios que originam novos estados que proporcionam novas possibilidades de maneira tão irreversível que um novo estado não volta ao estado anterior. Cabe lembrar que essas modificações seriam macro e microestruturais, afetando, portanto, não somente a conduta, mas o próprio sistema de rede uma vez que a alteração de um sistema levaria a mudanças de microestrutura que ocasionariam mudanças de macroestrutura (conduta) que, alterando o meio, levariam novamente ao início do ciclo. O homem, como organismo, poderia ser considerado como estando em constante mutação, visando à sua constante adaptação ao próprio meio que é continuamente modificado por ele. Entretanto, essa característica, ao lhe permitir extrema plasticidade visan-

do a adaptação progressiva, também se constitui em fator de extrema vulnerabilidade, posto que a uma maior complexidade temos como correspondente uma maior fragilidade aos fatores externos e internos que afetam o sistema.

Voltando à tentativa de utilizarmos termos tirados da física, poderíamos ver esse ser humano como um estrutura *dissipativa* (Prigogine, 1988). Dentro dessa concepção, estamos pensando o homem como um *continuum* organizado hierarquicamente por unidades complexas menores e mais simples, ligadas e inter-relacionadas entre si.

Ao pensarmos esse organismo multifatorial, veremos que sua vertente biológica permitirá pensarmos suas alterações a partir de modelos causais que incluem, principalmente, o campo da genética e das neurociências. A vertente psicológica inclui fatores causais ligados a processos cognitivos e comportamentais. Paralelamente, influências emocionais contribuem para a psicopatologia por meio de aspectos sociais e interpessoais da mesma maneira que aspectos desenvolvimentistas se apresentam diretamente ligados aos mecanismos causais encontrados na psicopatologia infantil.

Por essas razões, uma conduta considerada anormal tem de ser considerada como resultado de influências múltiplas, como um sistema (da maneira como já citamos antes) que se retroalimenta e que pode ter *inputs* independentes em diferentes pontos (Durand, 2003), não podendo, portanto, sua variabilidade ser considerada fora de um determinado contexto.

PSICOPATOLOGIA EVOLUTIVA OU PSICOPATOLOGIA ADULTOMORFA NA INFÂNCIA?

Por uma mera questão semântica, pensar Psicopatologia Evolutiva significa também pensar a Psicopatologia Infantil, e esta, como parte da Psiquiatria Infantil, é uma especialidade bastante recente e, podemos dizer, pouco sistematizada, tendo conseguido algum *status* acadêmico somente em 1938, com a primeira cátedra de Psiquiatria Infantil sendo criada na Universidade de Paris, pelo professor Georges Heuyer. Em seu bojo, ela engloba uma série de fenômenos com características biológicas, psicológicas e sociais (Fernandes, 1979), todas imbricadas de uma tal maneira que se torna muitas vezes difícil a linearidade direta e a compreensibilidade de todos os quadros por ela estudados. Isso porque, pensando-se a criança como um ser em desenvolvimento, nela observamos a presença de forças biológicas atuando de maneira clara ao início de seu desenvolvimento, forças e características essas que vão sendo modeladas, pouco a pouco, pelo ambiente no qual ela se insere dentro do processo de socialização.

Sob o ponto de vista metodológico, ela assume características ligadas ao modelo proveniente das ciências naturais, no qual o pensamento causal, de base analítico-dedutiva, é o ponto básico e central. Todo o cabedal fornecido pelas neurociências, com um conhecimento cada vez maior dos mecanismos de neurotransmissão e das estruturas cerebrais, faz que se consiga compreender cada vez melhor as patologias psiquiátricas na infância e na adolescência, em que pesem os riscos de uma neurologização excessiva que a descaracteriza.

Por outro viés, dadas as influências oriundas da Psicologia do Desenvolvimento, vale-se também de um pensamento analógico, no qual, conforme refere Marchais (1973), a dedução e a indução intervêm secundariamente, submetendo-se assim aos imperativos dominantes da analogia. Dessa maneira, juntamente com todos os modelos psicoterápicos de base compreensiva, somam-se os modelos pedagógicos e educacionais, que se mostram com valor imenso dentro desse contexto já que se constituem fontes básicas no processo de socialização do ser humano durante seu desenvolvimento.

Finalmente, considerando-se essa questão social, o estudo das famílias e suas influências fundamentais no desenvolvimento e no crescimento da criança, outros fatores se sobrepõem, passando-se a valorizar as interações vividas, também apoiadas metodologicamente no processo analógico. Isso porque esse conhecimento envolverá a formação da própria matriz de identidade social, sem a qual se torna impossível o trabalho com um ser heterônomo e dependente, como o é a criança em seu processo de desenvolvimento.

As características da Psicopatologia Evolutiva são muito particulares. Apesar de ela estar dentro de uma especialidade médica, com raízes muito profundas na pediatria, na psiquiatria, na neurologia e na genética por suas origens e, principalmente, pelo seu objeto de estudo, apresenta também uma interface extremamente importante com as correntes da Psicologia do Desenvolvimento, da Pedagogia e dos Estudos Sociais ligados à família, e isso porque temos de considerar que a criança não corresponde a um ser passível de generalização e, muito menos, de estudos transversais encarados de forma absoluta. Ela é, antes de mais nada, um ser em desenvolvimento no qual as alterações, sejam de base biológica, sejam de origem ambiental, interferem de maneira intensa, uma vez que alteram sua própria curva de desenvolvimento, fazendo que se constitua de modo peculiar quanto ao estilo de funcionamento futuro. Assim sendo, seu estudo, ao apoiar-se em um modelo de desenvolvimento ontogenético, tem obrigatoriamente a necessidade de se remeter a modelos dinâmicos de pensamento mais do que a matrizes puramente descritivas.

Assim como para a Psicologia do Desenvolvimento, para a criança é importante a compreensão de como as forças maturacionais de origem biológica, em seu inevitável contato com a experiência, produzem comportamentos, habilidades e motivações.

A metodologia de estudo da psicologia do desenvolvimento pode, então, possibilitar duas abordagens, uma baseada em cortes transversais nos quais se estudam crianças de um mesmo grupo, permitindo-se posteriormente a comparação com outros grupos, e outro baseado nos estudos longitudinais, nos quais um mesmo grupo de crianças é estudado ao longo do tempo para que as transformações decorrentes de seu processo de desenvolvimento possam ser observadas (Kagan, 1998).

Embora não se acredite que possamos pensar a Psiquiatria da Infância e da Adolescência unicamente como uma Psiquiatria do Desenvolvimento, uma vez que isso talvez pudesse apresentar-se de maneira reducionista, é indiscutível que temos obrigatoriamente de pensar aquela como uma Psiquiatria durante o processo de desenvolvimento, pois somente dessa forma poderemos ter as condições necessárias para compreendermos esse indivíduo com suas características particulares que fazem que a expressão de sua doença tenha características peculiares e que algumas delas sejam encontradas somente durante determinados períodos do desenvolvimento. O contrário disso é reduzi-la (e a criança) à visão de um adulto miniaturizado, de forma similar ao que se fazia em pediatria há alguns séculos.

Uma Psicopatologia do Desenvolvimento teria como principal característica o procurar “ver” esse ser (a criança) como um indivíduo único e irreproduzível, que caminha de maneira própria e constante para sua autonomia, podendo ser estudado a partir de modelos filo e ontogenéticos.

Essa preocupação com a criança como ser em desenvolvimento não significa retroceder muito tempo na História, pois, conforme refere Ariés (1981), a preocupação com ela é, em si, recente, considerando-se seu período de duração bastante reduzido, assinalando seu final com o aparecimento das primeiras mudanças físicas, quando o indivíduo passa a ser visto como jovem, com novas responsabilidades e deveres, de maneira a se enquadrar diretamente dentro da sociedade em que se encontrava.

Com o surgimento da escola, em meados do século XVII, uma situação eminentemente adultomorfa passou a se alterar e, a partir do século XVIII, começou a florescer uma vasta literatura sobre a criança, produzida principalmente por médicos que visavam principalmente aos costumes educativos, orientando a separação da criança dos serviçais (costume esse bastante popular nos tempos anteriores), para que não fossem absorvidos os maus costumes provenientes dessas classes menos favorecidas (Donzelot, 1977).

O final do século XVIII trouxe à tona um fato que, talvez, possa ser considerado um dos mais importantes nessa concepção de desenvolvimento. Ele corresponde à descrição de Vitor, o menino selvagem de Aveyron, por Itard (Postel, 1994), marcando a primeira abordagem médico-pedagógica de uma criança portadora de um transtorno de desenvolvimento que, diferentemente do que se pensava até então, é abordada de uma maneira reabilitadora, voltada para a recuperação das faculdades atingidas pelo transtorno. Isso só foi possível em função da mudança do paradigma filosófico que embasava a prática médica, afetada, no caso de Itard, pelos pensadores que, como Locke e Condillac, propunham o homem como uma “tábula rasa”, na qual os estímulos provenientes do ambiente escreveriam uma história.

Poderíamos dizer que esses primórdios relacionam-se diretamente com o estudo da deficiência mental com Falret, em 1821, tentando agrupar na Salpêtrière as crianças idiotas (Postel, 1994), fato esse reforçado em 1833 por Voisin, que organizou no hospício da rua de Sévres um serviço temporário para crianças epilêpticas e idiotas (Postel, 1994). Iniciaram-se, então, os primeiros estudos sobre a psicopatologia da infância e da adolescência, surgindo, a partir daí, os primeiros trabalhos teóricos, como os tratados de Maudsley em 1867, o de Moreau de Tours em 1888, o de Manheimer em 1899, o de Eminghaus em 1887 e o de Ireland em 1898 (Bercherie, 1992).

O início do século XX marcou a preocupação com a descrição de patologias específicas, como a demência precocíssima de Sancte de Sanctis descrita em 1906, a demência de Heller e a demência de Kramer (Ajuria-guerra, 1977), bem como o aparecimento de novos tratados, como o de Strohmayr em 1910, o de Homburger em 1926 e o de Sancte de Sanctis em 1925 (Bercherie, 1992). A década de 1930 trouxe, naquilo que podemos pensar como referente a uma Psicopatologia do Desenvolvimento, uma divisão em duas áreas principais, uma ligada às deficiências mentais e outra aos distúrbios de conduta, da maneira como o tratado de Psiquiatria Infantil de Nobécourt (1939) apresenta.

Esse fato é compreensível, em que pesem suas desastrosas consequências, se considerarmos que uma das preocupações da época é ligada à melhoria das espécies (conceito ligado à eugenia do final do século XIX e início do século XX) visando a um melhor desenvolvimento da espécie e das sociedades humanas.

No início dos anos de 1940, Leo Kanner (1943) descreveu aquele que seria o quadro clínico mais marcante na Psiquiatria da Infância, o autismo infantil precoce, aventando causas psicológicas e ambientais que permeariam a especialidade nos próximos 30 anos. Entretanto, é com ele que a

psicopatologia da infância e da adolescência constituir-se-á de maneira mais específica, possibilitando seu crescimento nos próximos anos. Essa visão, privilegiando a questão ambiental e psicológica, encontrará um terreno bastante fértil na escola francesa, com Lebovici, Diatkine, Misès, Ajuria-guerra e muitos outros, que serão a base da Psiquiatria Infantil até o final dos anos de 1970 quando, em função de aspectos diversos, o pólo cultural passou a sofrer um intenso processo de dominação norte-americana, passando assim de um embasamento humanístico e compreensivo para outro modelo de pensamento empírico e pragmático que alteraria, totalmente, suas características, afastando-a das ciências humanas e aproximando-a cada vez mais das ciências naturais e das abordagens positivistas de pensamento.

É exatamente nesse momento em que nos encontramos, no qual a idéia de uma Psicopatologia do Desenvolvimento defronta-se com o dilema de se neurologizar cada vez mais, perdendo assim aquela que seria talvez sua característica mais importante, a possibilidade de servir como ponto de convergência entre os conhecimentos provenientes das ciências naturais e das ciências humanas, homogeneizando-os e imbricando-os de forma a poder compreender de maneira efetiva os processos de desenvolvimento e de hominização desse ser, desde seu nascimento até sua maturidade, propondo, então, as possibilidades de intervenção e de prevenção para seu melhor crescimento.

Talvez uma das maiores dificuldades em relação a essa concepção seja pensar em uma linha teórica de abordagem dos fenômenos psicopatológicos porque, conforme já falamos, ela se caracteriza pela abordagem multifatorial com perspectivas biológicas, psicológicas e sociais. Pensar em um perfil exclusivo torna-se muito difícil, uma vez que crescimento significa diferenciação em níveis cada vez mais sofisticados (Cohen, 1991).

Paralelamente, um país como o nosso apresenta dificuldades relacionadas ao atendimento à própria comunidade, dificuldades essas muito bem representadas quando observamos os próprios dados do Ministério da Saúde no que se refere à morbidade hospitalar, em que ficam patentes o descaso e a pouca importância dada ao assunto (Assumpção e Carvalho, 1999). Assim, a carência de profissionais, decorrente desse descaso, embora nos possa trazer algum desconforto e desesperança, também nos possibilita pensar nessa área de conhecimento como algo em crescimento e que, embora atrasado em relação aos demais países, deve desenvolver-se intensamente nos próximos anos.

Esse crescimento deve ocorrer não somente na área de Psiquiatria, mas principalmente na área de Pediatria, uma vez que esta, por meio de seus serviços de interconsultas, é a principal porta de entrada das patologias

psiquiátricas na infância (Rosemberg, 1994), principalmente se considerarmos que o número de profissionais ligados à Psiquiatria da Infância no Brasil é ínfimo quando comparados a outros países ou ao número de pediatras em exercício.

Paralelamente, os progressos cada vez maiores ligados às neurociências fazem que sua atividade deixe de ter exclusivamente um aspecto clínico ligado ao desempenho profissional, passando a depender de uma propedêutica armada custosa e de difícil obtenção em um país carente e pouco interessado na saúde infantil.

Não podemos deixar de mencionar que a melhor compreensão do desenvolvimento da criança terá, obrigatoriamente, repercussões em nível social e penal, com alterações significativas sob os pontos de vista legal, educacional e social.

Por fim, sob o ponto de vista da pesquisa, provavelmente uma Psicopatologia do Desenvolvimento tornar-se-á um campo particularmente fértil para a compreensão do ser humano em todas as suas variáveis, e isso porque, ao contrário de um corte transversal congelado no tempo, ela possibilita a visão e a compreensão dinâmica de um organismo em desenvolvimento.

É dentro dessas perspectivas que se justifica um trabalho do teor do que apresentamos, que busca pensar a Psicopatologia da Infância e da Adolescência dentro de uma visão evolutiva, considerando seu perfil adaptativo não como seria passível de crítica, em um aspecto eminentemente social, mas sim dentro de uma concepção adaptativa biológica, visando a sobrevivência desse ser que, apesar de recente, consegue ser, até o presente, o mais sofisticado *de toda a criação inumerável*.